Mídia massiva x discurso especializado na construção da imagem do homem do campo[1]

Autoras: Aline Fernanda Lima, Angélica Santini, Aparecida Macena da Silva e Camila Escudero[2]

Coordenação: Profª. Draª. Elizabeth Moraes Gonçalves

Instituição: Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Resumo

O presente trabalho faz um estudo comparativo sob a ótica da análise da linguagem e da análise do discurso para descobrir como a imagem do homem do campo é construída na mídia massiva (Folha de S.Paulo) e discursos especializados (da Igreja Católica e do Governo). O tema escolhido como objeto de análise refere-se a conflitos decorrentes da disputa pela posse da terra entre grupos antagônicos: latifundiários *versus* vários grupos que encabeçam um grande contingente de "sem terra" no Brasil. Mediante tais conflitos buscou-se identificar como a imagem do homem do campo é construída segundo o discurso dos que falam em seu nome e do discurso que fala sobre esse homem. Se as condições de produção do corpus analisado são diferentes, os resultados obrigatoriamente também são diferentes, até mesmo porque a enunciação é outra. Isso explica o fato de os três textos, apesar de tratarem do mesmo tema (conflito no campo) não apresentarem semelhanças entre si.

Palavras-chave: Comunicação, representação, discurso, imagem.

O presente trabalho desenvolvido na disciplina Comunicação, Linguagem e Discursos Sociais, integrante do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, do primeiro semestre do ano de 2005, trata-se de uma pesquisa que integra o projeto intitulado "O discurso rural e sobre o rural na mídia, construindo a imagem do homem do campo", coordenado pela Professora Dra. Elizabeth Moraes Gonçalves e que, neste enfoque, busca apresentar os diferentes discursos – mídia massiva, mídia religiosa e governamental – em torno da questão dos conflitos da terra.

O principal objetivo desta pesquisa foi realizar uma leitura de diferentes abordagens (discursos) utilizadas pelos veículos (mídia massiva, mídia especializada religiosa e mídia especializada governamental) em torno da questão: conflitos no campo, levando em conta os estudos e reflexões de autores como BAKHTIN, MAINGUENEAU, KOCH e ORLANDI.

---

[1] Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres — Intercom 2005.

[2] **Aline Fernanda Lima:** Bacharel em Comunicação Social (Relações Públicas); mestranda em Comunicação Social pela UMESP; e docente da Universidade de Taubaté e Faculdades Integradas Teresa D'Ávila / FATEA Lorena. lima.alinef@ibest.com.br.

Angélica H. Santini M. Gallego: Bacharel em Comunicação Social (Relações Públicas) pela UNESP- BAURU; e mestranda em Comunicação Social pela UMESP. Docente da Faculdade de Jaguariúna (FAJ) no curso de Administração de Empresas com habilitação em Publicidade e Marketing. angelicasantini@bol.com.br.

Aparecida Macena da Silva: Jornalista, formada pela FAAC-UNESP de Bauru; mestre em Comunicação e Poéticas Visuais pela UNESP – BAURU) e doutoranda em Comunicação Social pela UMESP. Coordenadora do curso de Jornalismo da FEMA e professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da FEMA. sampaif@uol.com.br.

Camila Escudero: Bacharel em Jornalismo pela UMESP, especialista em Jornalismo Internacional pela PUC-SP e mestranda em Comunicação Social pela UMESP. Bolsista Capes e estagiária docente do curso de Jornalismo da UMESP. camilaescudero@uol.com.br.

Para procedermos às análises e organizarmos o corpus do trabalho, foram selecionados três textos, cada qual representando um veículo específico. O jornal Folha de S. Paulo, do dia 24 de fevereiro de 2005, foi o veículo escolhido para representar a mídia massiva. Já a mídia religiosa, nomenclatura por nós determinada, tem como representante um documento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) intitulado "Igreja e Problemas da Terra", aprovado pela Assembléia de 1980 e retirado do site da Comissão Pastoral da Terra (www.cptnac.com.br), em 20 de março de 2005. Para obtermos o olhar governamental sobre a questão foco de nossa análise, trabalhamos com o material "Reforma Agrária. Compromisso de todos", extraído do site do Palácio do Planalto (www. planalto.gov.br/publi_04) em 3 de abril de 2005.

Verificar como se dá o tratamento sobre questões como reforma agrária, conflitos no campo, posse da terra, legislação, etc; examinar a distribuição espacial das informações, os gêneros de linguagem, os tipos de discursos adotados em cada discurso, bem como a profundidade e intencionalidade nas informações, foram objetivos desta análise de discurso. Após a seleção do material e contato com as obras dos principais autores, partiu-se para um estudo comparativo sob a luz da análise do discurso da comunicação especializada e massiva. Neste sentido, o olhar crítico do material trabalhado permitiu verificar que, se as condições de produção são diferentes, os resultados obrigatoriamente também são diferentes, até mesmo porque a enunciação é diferente. Isso explica o fato de os três textos, apesar de tratarem do mesmo tema (conflito no campo) não apresentarem semelhança entre si.

Entender a análise do discurso e da linguagem no âmbito da comunicação massiva e especializada envolvida num contexto real requer a compreensão de um segmento especial dentro dos estudos da Lingüística, a lingüística do discurso, "isto é, uma lingüística que se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção" (KOCH, 1995, p. 11). Assim, analisar os conteúdos de um discurso implica ir além das seqüências textuais e combinação de frases ou palavras, para considerar os contextos nos quais os discursos foram produzidos.

Selecionar discursos de ordem massiva e especializada como material para entendimento sobre a questão do conflito no campo implica comprovar, por meio de um estudo, que não existirá neutralidade, tão pouco similaridade a respeito do entendimento do assunto, cabendo um olhar sobre a subjetividade da linguagem e a parcela de direcionamento (marcas) dada pelo enunciador – Teoria da Enunciação de Benveniste**.**

O material escolhido apresenta características muito distintas, visto que apresentam abordagens diferentes sobre o assunto-foco e perfis editoriais particulares, cabendo a estes responderem pelas ideologias das instituições que os gerenciam. Foram selecionados para a análise textos que, de certa forma, tratavam a questão dos problemas gerados pela má distribuição da terra no Brasil.

Abordando os assuntos relativos à morte da freira Dorothy Stang, vítima de conflitos pela posse da terra em Anapu, oeste do estado do Pará, em 12 de fevereiro de 2005, escolheu-se conteúdos de capa e

matéria da Folha de S. Paulo de quinta-feira, 24 de fevereiro, uma vez que foi o veículo massivo que mais destinou espaço para a cobertura deste fato. Representando as mídias especializadas temos o texto "Igreja e Problemas da Terra", produzido pelos bispos da Igreja católica na 18ª Assembléia da CNBB, em fevereiro de 1980, foi o único documento oficial da instituição encontrado no site da Comissão Pastoral da Terra (http://www.cptnac.com.br) e que apresenta o entendimento da Igreja sobre as questões da terra, ainda hoje não resolvidas. Outro material, o texto: "Reforma Agrária. Compromisso de todos", foi extraído do site do Palácio do Planalto (www. planalto.gov.br/publi_04) em 3 de abril de 2005 e também trata-se de um documento oficial da instância governo, sendo o único referencial para nossa análise.

A partir desta base de análise, o primeiro passo dado foi a leitura e a discussão sobre os elementos característicos de cada discurso e o entendimento das questões mais relevantes para uma análise de discurso e linguagem ideais. Este tratamento superficial do *corpus* foi sucedido pelas análises comparativas entre os diferentes discursos selecionados. Os textos de mídia massiva e especializada são a unidade de análise deste trabalho e, cada um deles carrega um conjunto de sentidos. "Todo texto caracteriza-se pela textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando uma conexão entre as intenções, as idéias e as unidades lingüísticas que o compõem" (KOCH, 1984, p.21).

> É na superfície dos textos que podem ser encontradas as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar. O analista de discursos é uma espécie de detetive sócio cultural. Sua prática é primordialmente a de procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo, no interior dos quais se deu o evento comunicacional. (PINTO, 1999, p. 22)

A escolha deste material nos levou a compreender que o meio de veiculação e os elementos sociais interferem no direcionamento das informações e posições dos discursos, atendendo a ordens vigentes. Para Maingueneau, "o mídium não é simplesmente 'meio' de transmissão do discurso", ele "imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídium não é um simples "meio", um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídium modifica o conjunto de um gênero de discurso" (MAINGUENEAU, 2002: 71-72).)

A análise comparativa se deu, primeiramente, a partir de um olhar separado sobre cada uma das mídias escolhidas: a massiva e a especializada. Assim foi possível apresentar as particularidades e características principais da sua linguagem, dos seus recursos lingüísticos e gráficos, dentre outros elementos. Em seguida foram confrontados os textos, em que se procurou destacar aquelas questões que os aproximam e os diferenciam. Em todo momento as reflexões foram pautadas pelas importantes obras da Lingüística que abordam a linguagem como, entre outras coisas, meio da comunicação humana, envolvida no contexto social.

Para Perelman (1970), apud Koch (1984, p. 20), o ato de argumentar está mais relacionado à persuasão e esta "procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal...". Já o ato de convencer "se dirige unicamente á razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas..." Estes dois atos também são descritos como atos perlocucionários por estarem relacionados "aos efeitos visados pelo uso da linguagem".

Outro aspecto importante do discurso, apresentado por Koch (1984, p. 21-2), é sua constituição enquanto texto. Que um discurso bem estruturado deve possuir "todos os elementos necessários à sua compreensão "entre as intenções, as idéias e as unidades lingüísticas...".., numa perfeita sintonia

Koch (1984) também apresenta o conceito de texto de Halliday (1973) que o vê como *"realização verbal"* e, portanto, "uma unidade de língua em uso", e, por isso, "uma unidade semântica, (...) de significado...". (HALLIDAY, 1973, apud KOCH, 1984, p. 22)

Segundo Koch (1984, p. 22), a estrutura organizada por Halliday (1970) é definida a partir de três funções:

- **A ideacional** - também denominada de função cognitiva ou referencial da linguagem:
- **A interpessoal** – refere-se às diferenças modais entre afirmações, negações, perguntas, ordens, etc. realizadas pelo locutor perante o ouvinte;
- **A textual** - responsável pelo suporte necessário à criação de texto, sempre relacionado ao contexto.

Nesse processo interativo (homem/língua/linguagem), Koch (1984) também destaca a intencionalidade, que a autora diz tratar-se de um conceito fundamental na concepção da linguagem como atividade convencional, uma vez que:

> Toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções, ao comunicar-se. Compreender uma enunciação é, nesse sentido, apreender essas intenções... (KOCH, 1984, p. 24)

Koch (1984) também apresenta vários aspectos/complexidade que envolvem a intencionalidade discursiva. Aqui o importante a ser destacado refere-se às observações de Ducrot (1978b) que alerta para o como se deve proceder num trabalho de análise de discurso. Primeiro, considerar que "o dizer" (qualquer) sempre vai estar estratificado por níveis de significação. Por isso, num discurso, não basta identificar o que uma pessoa disse, mas, o mais importante, em que sentido ela disse/proferiu um determinado enunciado, uma vez que:

> A atividade de interpretação, que está em ação a todo momento no processo de comunicação, funda-se na suposição e que quem fala tem determinadas intenções, consistindo a intelecção justamente na captação dessas intenções, o que leva a prever, por conseguinte, uma pluralidade de interpretações. (DUCROT, 1978b, apud KOCH, 1984, p. 25-6)

Ainda sobre discurso e argumentação, Koch (1984, p. 30) concorda que é importante a manutenção de certas regras estruturais; mas que estas não devem ser únicas. Que se deve atentar que o "dizer" e o "mostrar" formam "dois níveis ou modos de produção da significação que funcionam de maneiras diferentes". A significação do enunciado dá-se pela relação entre a linguagem e o mundo, por isso é do domínio da Semântica; o sentido resulta da relação linguagem/homens e, por isso, pertencente à Pragmática.

> O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a composição, os enunciados sempre possuem, como unidade da comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, fronteiras claramente delimitadas. (BAKHTIN, 1997, p. 293)

A partir deste ponto, Bakhtin apresenta os elementos que, para ele, determinam as fronteiras do enunciado concreto, entendido como unidade da comunicação verbal. Assim, o elemento central que determina essas fronteiras é a *"alternância dos sujeitos falantes"*. Essa alternância demonstra ritmo / freqüência e, assim, pode ser medida em termos de intensidade tal qual se mede a freqüência cardíaca.

Nessa estrutura organizacional do enunciado destacam-se (numa situação dialógica): a alternância dos sujeitos falantes, delimitada pelo começo absoluto e fim absoluto do enunciado (fronteiras); nas alternâncias surgem as réplicas que marcam a atitude responsiva (ativa) do ouvinte (ou receptor). (BAKHTIN, 1997, p. 294)

A segunda particularidade centra-se no "acabamento do enunciado", que é a alternância dos sujeitos falantes vista do interior. Esse acabamento, por sua vez, aciona a reação ao enunciado. Sua operacionalização, a do acabamento, segundo Bakhtin, é determinada por três fatores: "1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento" . (BAKHTIN, 1997, p. 298)

O tratamento exaustivo do enunciado é bastante variado, de acordo com as esferas da comunicação verbal. Vejamos: na vida cotidiana, na vida prática, na vida militar implicam esferas em que os gêneros do discurso são, praticamente, padronizados e, aí, a criatividade é quase inexistente. Nas esferas que o autor considera criativas (como o da ciência, em particular) o tratamento exaustivo é relativo. Neste caso, esse acabamento visa a suscitar uma atitude responsiva. Como exemplo podemos citar um projeto de natureza científica. Como explica o autor:

> Teoricamente, o objeto é inesgotável, porém, quando se torna tema de um enunciado (de uma obra científica, por exemplo), recebe um acabamento relativo, em condições determinadas, em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos por atingir, ou seja, desde o início ele estará dentro dos limites de um intuito definido pelo autor. (BAKHTIN, 1997, p. 300)

E por falar em intuito, este é o segundo fator de operacionalização do acabamento. É o "querer-dizer" do locutor, o que determina o todo do enunciado: a escolha do objeto, suas fronteiras; a escolha da forma do gênero em que o enunciado será estruturado. Em suma, é no intuito que reside o elemento subjetivo do enunciado. (BAKHTIN, 1997, p. 300)

O terceiro fator que constitui o acabamento do enunciado refere-se às "formas_estáveis do gênero do enunciado", que Bakhtin (1997, p. 301) considera o mais importante dos três. Isto porque é este terceiro fator que vai permitir a materialização do "querer-dizer" do locutor, que começa com a escolha de um gênero do discurso, que, por sua vez, é determinada em detrimento da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal (exemplo, a cotidiana).

Outro aspecto interessante abordado no contexto do enunciado diz respeito à existência da palavra para o locutor, que também se dá sob três aspectos, como: palavra neutra, como palavra do outro, e como palavra minha. Destes três aspectos, somente nos dois últimos a palavra apresenta expressividade. A outra observação do autor, muito freqüente no gênero cotidiano, é a presença em nossa fala de palavras dos outros. Estas "introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.". Um exemplo dessa presença são o clichês disseminados pelas novelas (como o "Menos!, fulano, menos!!; "tô certo, ou tô errado?, dentre muitos outros). (BAKHTIN, 1997, p. 313-4)

Outro conceito importante desenvolvido por Bakhtin é o de diálogo, para quem, além de mediador no processo comunicativo, também funciona como canal por onde "vozes" se movimentam/viajam de um lugar para outro, de uma geração para outra. Neste sentido, Brait (2003, p. 13) destaca a investigação que, segundo Bakhtin, também se constitui em diálogo e que a compreensão se instaura a partir da atuação de duas consciências, de dois sujeitos discursivos, independente da distância espacial e temporal em que se encontrem esses sujeitos.

Assim sendo, as "vozes" são disseminadas via discurso, pois, "...tudo o que é dito (...) não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas (...) assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala". Como exemplo podemos citar o discurso de cada um de nós sobre sexo, religião, nos quais podemos identificar as "vozes" impressas em nossos discursos por meio do nosso processo de socialização. Daí resultam os conceitos de dialogismo, polifonia, intertextualidade, citatividade. (BRAIT, 2003, p. 14)

Dessa maneira, na interação entre falantes, o individual e o subjetivo têm por trás o social e o objetivo. Segundo o exemplo de Bakhtin, apresentado por Brait (2003, p. 20), significa que "o que eu sei, vejo, quero, sinto, etc não pode ser presumido". Mas só o que todos nós falantes sabemos, e nos pontos em que estamos todos unidos, podem se tornar a parte presumida de um enunciado. Por isso que Brait diz que as avaliações presumidas são "avaliações sociais básicas que derivam de um grupo social dado, de uma comunidade" e, por isso, não precisam de uma formulação verbal especial.

Da essência do que Brait (2003, p. 24) expõe do pensamento de Bakhtin acerca da natureza dialógica da linguagem, o conceito de "vozes" refere-se à questão do sentido/das relações de sentido entre os diversos enunciados, daí o caráter dialógico, uma vez que "os sentidos estão distribuídos entre diferentes vozes".

Assim, Bakhtin, ao definir as relações dialógicas como relações de sentido entre todas as classes de enunciados da comunicação discursiva, indica as várias formas de dialogismo, polifonia, intertextualidade que caracterizam a natureza do discurso. Na dimensão das "vozes" estão visões de mundo: pontos de vista que estabelecem relações entre línguas, dialetos territoriais e sociais, por exemplo, uma vez que essas "vozes" são sociais. Assim sendo, numa análise de discurso é preciso considerar que "as relações dialógicas que sustentam o conceito de vozes (vice-versa) (...) constituem uma classe específica de relações entre sentidos", em que os participantes podem ser enunciados completos, ou vistos como completos, por trás dos quais estão os sujeitos discursivos. (BRAIT, 2003, p. 24-5)

São as condições de produção que caracterizam o discurso, o constituem e como tal são objeto da análise. Podemos dizer que pela análise do discurso (AD) recupera-se o processo histórico-social da língua (...) A AD procura tipificar os discursos das diferentes formações discursivas, procura destacar constantemente justamente no lugar em que o lingüístico e o social se articulam, no discurso. (ORLANDI, 1987, p.102)

Faz-se importante, ainda, destacarmos como Maingueneau entende as regras do discurso. Para este autor:

> Como um jogo, um gênero implica um certo número de regras preestabelecidas mutuamente conhecidas e cuja transgressão põe um participante "fora do jogo". Mas, contrariamente às regras do jogo, as regras do discurso nada têm de rígido: elas possuem zonas de variação, os gêneros podem se transformar. Além disso, o gênero de discurso raramente é gratuito, ao passo que um jogo exclui as finalidades práticas, visando apenas o lazer". (MAINGUENEAU, 2001, p.70)

Análise: Conflitos no campo sob o olhar da mídia massiva

Para utilizar um exemplo do discurso da mídia massiva neste trabalho de análise de discurso escolhemos o Jornal Folha de S. Paulo, mais precisamente sua edição do dia 24 de fevereiro. Dia em que

destina na “capa” e no caderno ”Brasil” matérias relacionadas às investigações e conclusões da polícia sobre a morte da freira norte-americana Dorothy Stang, líder comunitária e defensora da implantação do projeto de desapropriação de terras chamado PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), que busca dar às famílias dos assentados uma nova filosofia na utilização dos recursos da terra, cuja proposta é a de extrair suas riquezas de forma sustentável, sem degradar o meio ambiente. Ocorrido em 12 de fevereiro de 2005, na cidade de Anapu, no Pará, o assassinato da freira teve repercussão internacional e levantou novamente a discussão sobre os conflitos em torno da questão terra e reforma agrária, no Brasil.

Neste cenário, vários veículos massivos de comunicação, ao longo do mês de fevereiro, abordaram a questão, mas, de forma mais explícita, referindo-se ao assassinato da freira. No dia 24 de fevereiro, no entanto, a Folha de S. Paulo, além de apresentar o andamento das investigações policiais sobre o caso, abordou também outros assuntos relacionados a este embate no campo.

É pertinente saber que o Jornal Folha de S. Paulo é o resultado da fusão de três outros jornais (1921, Folha da Noite; 1925, Folha da Manhã e, após 24 anos, Folha da Tarde) e que em 1° de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem no jornal Folha de S.Paulo. Hoje é um dos principais veículos impressos do país, e traz diariamente editorias de política nacional e internacional, economia, esportes, variedades, assuntos locais, bem como cadernos de classificados.

Ao olharmos para os elementos dos textos da Folha de S. Paulo a serem considerados numa análise de discurso procuramos destacar aqueles que remetem à produção de sentido como: localização específica da matéria, cores utilizadas, chamadas de capa, fotos, títulos, legendas, infográficos, boxes, sub-títulos, olhos, antetítulos etc.

A Folha de S.Paulo também tem uma particularidade: é possível uma análise mais profunda na disposição das notícias na página, uma vez os outros dois textos não permitem isso, por se tratarem de documentos. Nota-se que, na primeira página, o assunto conflito no campo não é manchete e vem em seguida ao do conflito urbano (este sim, a manchete do dia), com uma notícia sobre uma rebelião na Febem, em São Paulo. Soma-se a isso, o “chapéu” utilizado pelo jornal: Cotidiano. Este termo pode indicar que os conflitos, tanto rural como urbano já fazem parte do cotidiano do país e não apenas uma divisão de editorias. Além disso, nenhuma das fotos da primeira página remetem ao caso Dorothy — a segunda manchete da capa é o caso Dorothy, mas a foto é de um ambientalista que foi assassinado no Rio de Janeiro, indicativo de mais um conflito.

Em relação aos títulos dos *corpus* com o conteúdo, apenas o da Folha difere. A imprensa é quem dá o veredicto do crime nas manchetes, o que difere do conteúdo dos textos. Além disso, o texto não apresenta afirmações, certezas, como os títulos — ainda que estes reproduzam uma fala de uma autoridade, como a polícia, por exemplo. Para MAINGUENEAU (2001, p.69) “É justamente porque o contrato de comunicação é fundador do ato de linguagem que ele inclui sua própria validação. O outro interlocutor-destinatário é considerado como subscrevendo antecipadamente os termos do contrato”.

Outro aspecto observado no texto da Folha é o tratamento dado a siglas como PF (Polícia Federal) e CATP`S, sempre com muita familiaridade, acreditando que esses termos sejam comuns ao entendimento do leitor, porque são termos recentes e atuais. Segundo MAINGUENEAU (2001, p.64) "... como um certo número de direitos e deveres associados ao gênero são conhecidos pelos falantes, é possível fazer transgressões portadoras de sentido ..."

Também podemos nortear as reflexões a partir do entendimento de Koch (1984, p.19) quando apresenta o discurso como uma "ação verbal dotada de intencionalidade" e que, por isso, tenta influir no comportamento do outro, não havendo "neutralidade", mas uma argumentação que reflete toda a "ideologia" contida neste discurso.

Pautados por estes entendimentos prosseguiremos a análise do discurso da mídia massiva sobre a questão: conflitos no campo.

No dia 24 de fevereiro, quando a polícia federal, como parte da investigação da morte da freira Dorothy Stang, aponta a existência de um "consórcio" com a finalidade de arrecadar 50 mil reais, para fins de pagamento aos pistoleiros do assassinato encomendado, a Folha de S. Paulo, nos elementos da capa, aponta duas realidades de conflito social no Brasil: um urbano, que apresenta uma nova rebelião (a 6ª em uma semana) na Febem de Tatuapé, zona leste da cidade de São Paulo e outra rural, com a manchete "Morte de freira teve cinco mandantes, diz PF". Embora a manchete retratasse o caso da morte de Stang, outros elementos foram mais valorizados como: a foto de um garoto no telhado em chamas da Febem e a do corpo do ambientalista assassinado em reserva biológica no Rio de Janeiro, outra questão de conflito no campo.

O assunto da manchete foi tratado de forma resumida, como de praxe, mas já apontando os nomes dos principais envolvidos neste "consórcio" e os motivos que teriam levado os madeireiros, fazendeiros e grileiros, principais personagens dos atuais conflitos no campo, a encomendarem a morte da freira. Na capa do dia 24 de fevereiro, também é possível encontrar questões como o peso dos tributos para os empresários brasileiros, a possibilidade de aumento de 67% dos salários dos parlamentares e questões secundárias como a polêmica sobre a benção dada a Ronaldo, jogador de futebol, em seu casamento de mentira e o número de corpos que ficaram sem identificação na tragédia de 11 de setembro de 2001, em Nova York, além das referências aos cadernos Ilustrada, Equilíbrio e Turismo.

É no caderno Brasil, da quinta-feira, 24 de fevereiro, que a Folha destinou espaços bastante nobres para a cobertura dos assuntos relacionados ao conflito em Anapu. A cobertura do jornal foi articulada em quatro matérias, publicadas na página central do primeiro caderno (A6). Nesta página encontram-se a matéria principal, denominada: "PF afirma que consórcio reúne cinco pessoas". Ali os jornalista correspondentes da Agência Folha em Altamira (PA) utilizaram do discurso jornalístico com primazia: com o uso de verbos no modo condicional, em terceira pessoa, para manter o distanciamento do veículo diante do fato. Com isso, o texto é levado ao "Plano de Enunciação da História", como propõe Benveniste (apud, KOCH, 1995, P.14), no qual o locutor não se envolve e os fatos narram-se por si mesmos.

Também recorrem ao uso de aspas para descreverem as "vozes", do delegado responsável pelo caso, além de já apontarem os nomes dos envolvidos no assassinato da freira.

Ao lado desta matéria estão pequenos trechos de duas entrevistas dadas à Folha pelos supostos assassinos e pistoleiros contratados, precedidas por fotos. Neste texto os títulos e as chamadas se contradizem, pois na chamada, Fogoió assume autoria e diz que foi enganado, elemento de maior destaque, é passada a idéia de que o indivíduo citado é o assassino da freira, enquanto que na legenda (Reyfran das Neves Sales, o Fogoió, suposto assassino da freira) não apresenta esta certeza nos dados, assim como no texto que segue a entrevista. Neste sentido, é passada para o leitor, por meio da manchete, a idéia de que já se sabe quem é o assassino da freira, dando o veredicto do crime. Koch (1984, p.29), em sua reflexão sobre os atos da fala perlocucionários, alerta sobre a importância de perceber as indicações dadas pelo falante sobre a forma do enunciado: "A significação se dá, portanto, sob dois modos distintos: o da mostração (implícito) e o da representação (explícito), que correspondem à diferença entre o mostrar e o dizer, a que se fez referência" (KOCH, 1984, p.29)

Foi também no caderno A6 que encontraremos uma matéria sobre a opinião de um dos líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o coordenador nacional, João Pedro Stedille. Neste texto a Folha de S. Paulo apresenta, segundo o ponto de vista da liderança do movimento, as razões dos conflitos e das mortes no campo. Para Stedille, "quem tem arma são os poderosos e que, no próprio governo, existem forças contrárias à agilização da reforma agrária no Brasil". Neste texto também se encontram intertítulos como "Conflitos" e "Protestos" que complementam a matéria com dados concretos, índices, datas, encontros, etc. Ao verificarmos este conteúdo sendo colocado logo abaixo da matéria de capa, entendemos que o autor buscou dar credibilidade ao sentido central do texto, alimentando-o com conteúdos afins.

Por fim, foram observadas outras duas pequenas matérias, sub-temas que complementam as informações sobre o conflito acontecido no Pará. Uma fala do suposto mandante do crime, a outra destaca a ação dos grileiros junto aos PDS's (Projetos de Desenvolvimento Sutentável). Ambas apontam a desordem nas questões que envolvem a terra, principalmente em regiões mais distantes, como o estado do Pará, onde as ações do estado e da justiça não vigoram e sim leis instituídas pelos donos das terras e das riquezas.

O que foi possível apreender, de forma geral, na edição observada, em relação aos títulos, conteúdos, matérias principais e secundárias foi que, na mídia massiva, todo o tempo busca-se cumprir a função jornalística de apresentar os fatos. No entanto, foi possível perceber que a Folha direciona para um entendimento de que a questão dos conflitos no campo são assuntos críticos e que levarão tempo e esforços coletivos para sua resolução. A principal comprovação desta ideologia está na apresentação do termo avaliativo, no chapéu (elemento), denominando o cenário investigado como "Terra sem Lei". Contudo, de acordo com os pressupostos dos Atos da Fala (Austin) esta comprovação só será possível se o interlocutor for capaz de captar as intenções do locutor que enfatiza as ações humanas pela linguagem.

Análise: Conflitos no campo sob o olhar do discurso especializado

O discurso da mídia especializada sobre as questões que envolvem o conflito no campo foi analisado a partir de dois documentos, um sob o olhar do governo e outro sob o olhar da Igreja Católica.

Representando o primeiro discurso, temos o documento "Reforma Agrária. Compromisso de Todos", extraído do site do Palácio do Planalto (www. planalto.gov.br/publi_04), em 3 de abril de 2005. Trata-se de um material produzido por membros do governo federal que apresenta um parecer detalhado dos problemas relativos à reforma agrária e, conseqüentemente, os conflitos no campo. De cunho didático, o texto apresenta título, aquela apresentação textual que "vende" a notícia e subtítulos, diretamente relacionados ao título e que destacam as informações correlatas ao assunto chave.

Com a reflexão dirigida para uma linguagem adotada em relatórios, percebemos que o texto: "Reforma Agrária. Compromisso de todos" seleciona, num primeiro momento, termos que remetem a intenções de crítica à realidade. Com isso assume os erros do governo diante dos problemas relacionados à legislação agrária, o que pode se observar no trecho: "... a legislação agrária é ultrapassada, deficiente e cheia de brechas habilmente exploradas para impedir a administração da justiça no meio rural."

Outra questão a se destacar é a apresentação de leis, índices, percentuais, cálculos, tabelas colocados em meio a texto de ordem descritiva e, em vezes, conclusiva. Estes elementos oferecem credibilidade às informações trabalhadas e marcam a presença do enunciador nos enunciados, utilizando-se de "modalizadores" (KOCH, 1995, P.19). Pode-se perceber que o governo se coloca como um responsável por mudar a situação e, em muitos trechos apresenta: "O atual governo luta para mudar isso e, em dezembro de 1996, obteve do Congresso Nacional, com apoio maciço, inclusive das oposições, a aprovação de alterações substanciais na sistemática de cálculo do ITR ."

Tal tipo de discurso faz emergir o "ato perlocucionário", destinado a exercer sobre o interlocutor efeitos como o convencimento. Também deixa explícito o fator tempo, e apresenta o verdadeiro personagem que se responsabiliza pela mudança no gerenciamento da questão agrária no Brasil, naquele momento, o governo de FHC e sua força no Congresso. O ritmo do discurso é dado pela existência da questão: o que era, como algo ruim e, o que já foi feito pelo governo atual ou se propõe a fazer, como o bom, o ideal.

Essas observações nos leva a compreender que o discurso especializado que tem como enfoque o discurso governamental apresenta dois dos três atos de linguagem. O falar, o próprio texto e o mostrar quando o enunciado passa a ter um sentido, apontando o futuro discursivo.

O segundo discurso especializado tem a análise centrada nos elementos texto: "Igreja e Problemas da Terra", documento produzido pelos bispos da Igreja Católica na 18ª Assembléia da CNBB, realizada em fevereiro de 1980. No processo de seleção do material este foi o único documento oficial da Igreja Católica sobre as questões do conflito no campo. Encontrado no site da Comissão Pastoral da Terra

(CPT), as informações nele contidas representam o entendimento da Igreja sobre as questões da terra na década de 80, momento de organização do MST (início em 1984), de fim da ditadura militar e da predominância do olhar da Igreja ante as questões sociais que afligem os mais pobres. O que se verifica é que, apesar de se passarem 25 anos, ainda hoje, as questões apresentadas neste documento são atuais e, mais, carecem de resolução.

Com um olhar mais detalhado sobre o conteúdo apresentado pelo documento da CNBB, pudemos encontrar exemplos evidentes da subjetividade do texto, tornando o ato da fala perlocucionário. Vejamos:

> Cientes de que este problema nos chama à prática da justiça e fraternidade, esperamos que o nosso pronunciamento, acompanhado de ações concretas, seja motivo de ânimo e de esperança a todos os que, no campo, precisam de terra para o trabalho ou, na cidade, para moradia. (Trecho extraído do documento da CNBB).

A Igreja discursa assumindo a voz daqueles atingidos pelo problema da falta de terra e de todas as conseqüências que isso acarreta. Fala pelo povo, pelo "seu" povo; encoraja os indivíduos envolvidos na questão a assumirem a causa, bem como todas as "pessoas de boa vontade" e utiliza-se de um discurso que, em alguns momentos, invoca o sobrenatural – Deus e, em outros, concretiza a realidade, apontando os principais responsáveis pela situação: o governo, a mídia, a polícia, a impunidade.

Também são encontrados números, índices, que caracterizam um relatório como o do governo, mas o tom parece mais o de denúncia, inclusive porque toca no assunto dos conflitos pela busca de terra e existência da violência, leia-se mortes, geradas por estes conflitos.

Tratam-se de mais de 100 parágrafos que em seus conteúdos denunciam os envolvidos, apresentam a realidade, convocam as comunidades e invocam a Deus. Soma-se a isso tudo as questões referentes à globalização econômica, cuja discussão só se aprofundaria e popularizaria anos mais tarde, como no trecho: "... uma organização da economia internacional que defere ao Brasil e a outras nações subdesenvolvidas a função de fornecedores de alimentos e matérias-primas de origem agrícola às nações que controlam a economia.". Isso tudo influencia no referido texto. É o que Orlandi chama de explicar o funcionamento da linguagem do ponto de vista da Análise do Discurso.

Isso posto, vale destacar agora como os termos utilizados no documento da Igreja refletem na imagem do homem do campo. Reparamos que o homem do campo é sempre identificado como um "povo sofrido", "explorado", "angustiado" e "pobre". E que a terra é uma coisa que lhe foi tirada brutalmente: "sua terra", reconquiste a terra". Ao passo que no texto do governo, isso também ocorre: "instalou-se uma injustiça fiscal no campo". Ou seja, essas expressões ganham sentidos que são produzidos a partir da leitura do texto. Segundo Orlandi — que relaciona a produção de sentidos à análise do discurso:

> A AD restitui ao fato da linguagem sua complexidade e multiplicidade e busca explicitar os caracteres que o definem em sua especificidade, procurando entender seu funcionamento. Isto porque a AD

> trabalha não só com as formas abstratas mas com as formas materiais da linguagem. E todo processo de produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria. Assim, a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a constituem, ao contrário, é na prática material significante que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente. (ORLANDI, 1996, p. 461)

Conclui-se que o discurso especializado da Igreja sobre a questão da terra toma dois caminhos encontrados no interior da "Teoria dos Atos da Fala", ou seja, os "atos de fala diretos" e os "indiretos". "O ato de fala é direto, quando realizado através de formas lingüísticas especializadas para tal fim (...). O ato de fala indireto (ou derivado) é aquele realizado através do recurso a formas típicas de outro tipo de ato. Nesse caso, é nosso conhecimento de mundo ou traquejo social que vão nos permitir perceber a verdadeira força ilocucionária" (KOCH, 1995, P.21).

Considerações finais

Se as condições de produção são diferentes, os resultados obrigatoriamente também são diferentes, até mesmo porque a enunciação é diferente. Isso explica o fato de os três textos, apesar de tratarem do mesmo tema (conflito no campo) apresentarem poucas semelhanças entre si, entre elas: cada discurso a sua maneira, tratam a questão a partir do senso comum, do paternalismo e da defesa do homem do campo que luta pela terra. No texto mídia especializada igreja, intitulado "Igreja e Problemas da Terra", pudemos perceber claramente como o contexto histórico influi na produção do texto. Isso porque o documento, escrito em 1980, foi elaborado numa época em que o país ainda não estava totalmente livre dos olhos vigilantes da ditadura. Não se pode negar que, na época, a Igreja Católica era uma das instituições no país que lutava pela democracia, portanto, um espaço para questões polêmicas. O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) não tinha tanta repercussão e não era tão conhecido como é atualmente, logo os problemas da terra talvez não tivessem a notoriedade que têm hoje. Isso sem falar na questão da tecnologia. Os meios de comunicação, apesar de já consolidados, em especial o rádio e a TV, não eram tão desenvolvidos tecnologicamente, além de sofrerem com a censura por parte do governo. (ORLANDI,1987, p. 103)

O mesmo observou-se com o contexto histórico das demais mídias. O texto do governo, por exemplo, foi escrito durante o governo FHC, quando o MST já era mais conhecido e tinha suas ações repercutidas na mídia mais freqüentemente. O texto da Folha então é mais recente ainda, de 2005, e por isso dá a entender que o leitor tem uma certa familiaridade com o assunto. Isso pode ser percebido quando notamos que ele não traduz siglas referentes ao assunto, como PF (Polícia Federal), CATP'S, e PDS no título (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). Além disso, foi escrito num momento em que o assassinato da irmã Dorothy Stang (vítima do conflito no campo), obtinha repercussão internacional.

O texto da Pastoral, por emitir opinião, no caso, a opinião da Igreja Católica, se utiliza de grande quantidade de adjetivos: “forte”, “angustiados”, “sofrido” etc.. Assume ainda, junto com o texto da Folha, termos de caráter questionável, como grileiros, jagunços e pistoleiros, chegando até a fazer uma comparação com as forças legais: “policiais, oficiais de Justiça e juizes”. De acordo com Orlandi (1996, p. 463), “há um efeito ideológico que se produz entre os diferentes sistemas significantes dentro de uma história social determinada”.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. “O enunciado, unidade da comunicação verbal”, in:_____. **Estética da Criação Verbal.** São Paulo, Martins Fontes, 1997.

_____. “Língua, Fala e Enunciação”, in:_____**Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 3 ed. , São Paulo, HUCITEC, 1986.

BRAIT, Beth. *As Vozes Bakhtinianas e o diálogo inconcluso*, in. BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (org). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo, Edusp, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. *Discurso e Argumentação* in:_____.**Argumentação e Linguagem**. São Paulo, Cortez, 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso**. Campinas, Pontes, 1987.

_____. **Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal**. In: Magalhães, Maria Izabel dos Santos (Org.). **As Múltiplas Faces da Linguagem**. Brasília, UnB, 1996.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo, Hacker Editores, 1999.